

Reserva de mercado preocupa as mineradoras estrangeiras

MILTON COELHO DA GRAÇA
Correspondente

LONDRES — Diante da decisão da Constituinte de só permitir a exploração do subsolo às empresas de capital nacional, a reação imediata das companhias mineradoras estrangeiras é de "tristeza e preocupação", segundo disse ontem ao GLOBO o Diretor Gerente da British Petroleum (BP), Robert Malpas:

— Vamos esperar para ver como será exatamente a letra da lei. Se for realmente drástica, então trataremos de investir em outros lugares. Acharmos difícil acreditar que o Brasil tomará mesmo uma atitude que só poderá retardar o seu desenvolvimento. Todos os países se preocupam com a defesa de seus recursos naturais. Podemos entender que um país aja para proteger seu patrimônio e suas riquezas naturais. Mas é preciso ter cuidado para que essa ação não seja exagerada e prejudique o desenvolvimento do país.

Robert Malpas, de 61 anos, fala correntemente o português, aprendido na Praia de Icaraí, em Niterói, na década de 30, quando o pai trabalhava para a Shell no Brasil. Em 1948, como um jovem engenheiro mecânico, entrou para a ICI, o gigante químico



Malpas: "Tristeza e preocupação"

mico britânico, onde em 30 anos de carreira chegou à diretoria.

Depois passou quatro anos na presidência de uma empresa americana de pesquisa química e em 1982 aceitou o convite para ser um dos principais executivos da British Petroleum, empresa-mãe de seis outras BPs (pesquisa e exploração de petróleo, refinação e distribuição, química, mineração, carvão e nutrição de animais).

A BP opera no Brasil sob o nome BP Mineração, além de ter uma subsidiária — a Carborundum — que produz fibras de silício. Robert Mal-

pas se mostra totalmente surpreso com a decisão da Constituinte:

— Nós sabemos, melhor do que ninguém, que temos de viver segundo as regras de cada país, porque trabalhamos em 65 países com legislações diversas. E somos bons cidadãos em todos eles. Nos últimos dez anos investimos US\$ 270 milhões no Brasil e, durante esse período, tiramos do país apenas US\$ 2 milhões ou US\$ 3 milhões. Isto é um investimento de risco a longo prazo.

Malpas disse que a BP foi a primeira empresa internacional a fazer contrato de risco com a Petrobrás: US\$ 150 milhões foram investidos na busca de petróleo, sem qualquer retorno. A maior parte dos outros US\$ 120 milhões está em explorações minerais que, segundo ele, "são interessantes possibilidades". Uma delas é a mina Cabaçal I (ouro, prata e cobre), em Mato Grosso, na qual a BP Mineração tem 49 por cento e o sócio brasileiro, a Cobem, 51 por cento. A outra é a Fortaleza de Minas, ainda em fase de estudo e que poderia produzir níquel, cobre, ouro, platina, sulfato de sódio e ácido sulfúrico. A Cesbra, em que a BP Mineração é sócia do Grupo Brascan, tem uma mina de estanho em Rondônia.

— Além disso, montamos a Seta,

uma empresa técnica que atende a toda a mineração brasileira. Prospectamos áreas que nunca haviam sido pesquisadas antes, treinamos pessoal. O Brasil ganhou com isso tudo. A decisão da Constituinte, se realmente for como parece na primeira leitura, vai reduzir a confiança de todos os investidores, que pensarão duas vezes antes de botar seu dinheiro num lugar onde as regras do jogo podem mudar a qualquer momento — afirmou o executivo.

Malpas argumenta que o investimento internacional pode contribuir para a solução do problema da dívida externa e que as restrições aprovadas reduzirão as possibilidades dessa contribuição:

— Qual é a razão do medo? O que está se querendo proteger? Leva anos aqui fora para se convencer as pessoas a investirem num determinado país. E é preciso que elas confiem na estabilidade de uma certa situação. Sempre há uma reação emocional quando se vê alguém abrir um buraco no solo e tirar o que está lá dentro. Mas deixar lá no fundo não adianta, e mineração é uma atividade que exige investimento de risco a longo prazo, uma coisa de que o Brasil não dispõe hoje em volume suficiente.

British Petroleum foi a primeira a topar o risco

A British Petroleum (BP) foi a empresa estrangeira a assinar o primeiro contrato de risco para exploração de petróleo no Brasil, em 1976, um ano depois da criação deste contrato. Foi também a que perfurou o primeiro poço, o SP-9, na Bacia de Santos, em 1977. O poço revelou indícios de óleo, mas o campo foi considerado subcomercial. Na época, a descoberta — que diziam ser de um campo gigante — gerou polêmica.

Este ano, a Petrobrás reto-

mou as atividades exploratórias em Santos e descobriu um campo, a 170 km em linha reta de Santa Catarina, com reservas significativas. Os técnicos da estatal esperam que a área se revele tão promissora quanto Campos, no Rio. A BP investiu na exploração de petróleo no Brasil US\$ 134 milhões até fevereiro de 1987, quando encerrou as atividades nessa área. Perfurou dez poços e fez trabalhos exploratórios no Paraná, Médio Amazonas, Sergipe, Alagoas e Bahia.

Fiesp: Conceito de empresa nacional vai desestimular o capital externo

SÃO PAULO — Um fator desestimulante ao investimento estrangeiro. Foi desta forma que dirigentes da Fiesp definiram a aprovação, pela Constituinte, do conceito de empresa nacional e dos benefícios especiais e protecionistas que serão objeto de lei complementar. A reação mais forte foi provocada pela preferência dada a empresas nacionais para encomendas públicas, "uma medida discriminatória e sem sentido", segundo o empresário Ruy Altenfelder, Diretor da Fiesp e Coordenador da Comissão de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O Diretor de Economia da Fiesp, Walter Sacca, afirmou que a Constituição não pode obrigar o capital estrangeiro a se sujeitar às novas regras e

impedi-lo de buscar mercados mais vantajosos. Sacca alertou que o grau de investimentos no País, nacionais e multinacionais, está muito baixo, acrescentando que o PIB industrial este ano "ficará ao redor de zero, o que é ruim, levando-se em conta que a população cresce 2,4 por cento ao ano".

Walter Sacca afirmou também que são preocupantes os estudos do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea) segundo os quais os investimentos, este ano, estão no nível de 16,5 por cento do PIB.

— Este patamar é insuficiente para a necessidade de o País crescer pelo menos cinco por cento ao ano, como quer o Governo, já que para essa meta os investimentos deveriam estar ao redor de 22 por cento do PIB — arrematou ele.

Plenário dividido sobre anistia à correção

BRASÍLIA — Embora a maior parte das lideranças partidárias na Constituinte pretenda suprimir ou, pelo menos, reduzir a abrangência da anistia à correção monetária das dívidas contraídas pelos microempresários urbanos e pelos pequenos e médios produtores rurais na vigência do Plano Cruzado, o plenário mostra-se dividido. Pesquisa feita pela Liderança do PMDB, que deseja reduzir o benefício, demonstrou que a maior parte de sua bancada pretende manter o texto aprovado no primeiro turno.

As lideranças do Governo garantem que estão lutando para suprimir o dispositivo, mas não têm trabalhado o plenário com a mesma disposição demonstrada pelos autores da emenda que resultou na anistia — Humberto Souto (PFL-MG), Ziza Valadares (PSDB-MG) e Monsueto de Lavour (PMDB-PE). Estes estão conversando com todos os líderes e asseguram que o texto será mantido.

O Líder do PCB, Deputado Roberto Freire (PE), responsável pela redução da abrangência da anistia no primeiro turno, defende a supressão total do benefício, mas não está disposto a tomar novamente a iniciativa. E cobra maior articulação do Governo:

— Já tomei iniciativa demais. Agora cabe ao Governo. Não vamos nós, a esquerda, comprar essa briga.

O Presidente do PT, Deputado Olívio Dutra (RS), assume uma postura semelhante. Ele afirma que o partido pretende excluir da anistia os médios empresários rurais, mas não tomará qualquer iniciativa, a não ser que os autores da emenda tentem ampliar os benefícios. Estes anunciam que farão exatamente isto.